

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA - CIEE

DIREITO

Data: 01/09/2019

Número de questões: 40 (quarenta)

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES

1. Verifique se este Caderno de Questões corresponde com o curso que você está matriculado, caso não seja, solicite a substituição para o fiscal da sala.
2. Não haverá substituição da Folha de Respostas, em caso de rasura a resposta será anulada. Preencher a folha pintando toda a bolinha, conforme exemplo:

3. Cada candidato receberá um Caderno de Questões e uma Folha de Resposta com seu nome e CPF para transcrever as respostas da prova. Confira se os dados estão corretos.
4. A Folha de Resposta não será substituída em qualquer hipótese, devendo o candidato tomar o devido cuidado no seu manuseio e preenchimento.
5. Na correção da Folha de Resposta, será atribuída nota 0 (zero) às questões não assinaladas ou que contiverem mais de uma alternativa marcada ou emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.
6. O tempo previsto para aplicação das provas será de 3h30 min, não havendo, por qualquer motivo, prorrogação em virtude de afastamento de candidato da sala.
7. As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre os candidatos ou a utilização de aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, walkman, smartphones, tablets, iPod®, agenda eletrônica, palmtop, notebook, receptor, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio do tipo databank, gravador, pager etc.), livros, anotações ou qualquer tipo de objeto ou material semelhante.
8. Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do processo o candidato que, durante a realização da prova:
 - *Usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
 - *For surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;
 - *Faltar com a devida cortesia para com qualquer um dos examinadores, seus auxiliares, autoridades presentes ou candidatos;
9. Os cadernos e gabaritos provisórios serão divulgados no sítio do CIEE no dia **02/09/2019**.
 - *Se recusar a entregar o material de provas ao término do tempo de provas;
 - *Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
 - *Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.
10. O prazo para interposição de recursos do gabarito provisório será no **primeiro dia útil seguinte**, por meio de requerimento totalmente preenchido e protocolá-lo na **sede da DPU/MACAPÁ**, com o endereço na Rua Eliezer Levy, esquina com Ataíde Teive, nº 2403-Centro, CEP 68900-083 – Macapá, das 8h às 14h.
11. Se do exame dos recursos resultarem anulação de questão, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
12. Serão elaboradas listas de classificação em ordem decrescente de pontos obtidos.
13. Não será fornecido ao estudante comprovante de classificação no processo seletivo, valendo, para esse fim, as listas de classificação divulgadas no sítio do CIEE na internet.
14. O resultado definitivo será divulgado no dia **05/11/2019**, para os estudantes de nível superior, no sítio do CIEE na internet.
15. O processo seletivo terá validade de 12 meses, contado a partir da publicação do resultado final, podendo ser prorrogado a critério da DPU/Macapá-AP.
16. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes a este processo seletivo, os quais serão afixados no sítio do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE www.ciee.org.br, devendo manter atualizados seus dados cadastrais junto a esta instituição.
17. A participação no processo seletivo implica na concordância com todas as normas e condições contidas no Edital de Seleção e respectivo Termo Aditivo.

Boa Prova!

IV PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO PARA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO – MACAPÁ/AP

SETEMBRO DE 2019

Direito Penal e Processual Penal

1. Sobre a consumação do delito no espaço, o Código Penal adotou como regra geral a:

- a) teoria mista.
- b) teoria da ubiquidade.
- c) teoria da atividade.
- d) teoria do domínio do fato.

2. João, assistido da Defensoria Pública, recebeu citação criminal e soube que está sendo processado pelo MPF porque, supostamente, participou de um esquema de assinaturas fraudulentas em carteiras de trabalho para tentar receber o seguro-desemprego. O MPF lhe imputou os crimes de estelionato tentado contra a fazenda pública e falsificação ideológica (CP, art. 171, §3º, c/c art. 14, p.u e CP, art. 299).

João sempre foi trabalhador e não sabe porque foi denunciado, já que nunca teve problemas com a justiça antes e nunca foi investigado ou processado por nada. Assim, procurou a Defensoria Pública para fazer a sua defesa.

Quanto aos fatos narrados, marque a opção correta:

- a) Está correta a imputação imposta pelo órgão acusador. Cabe à Defensoria Pública formular Resposta à Acusação para tentar a absolvição do acusado.
- b) Nos termos de entendimento sumulado do STJ, não há falar em crime de falso quando este se exaure no estelionato, todavia, como o réu se defende dos fatos e não da imputação, o momento adequado para a *emendatio libelli* é na sentença.
- c) A imputação do Ministério Público está equivocada porque se trata de crime de falsificação de documento público (art. 297, CP), não de falsidade ideológica (art. 299).
- d) O crime de falso é absolvido pelo estelionato e, como cabe suspensão condicional do processo, a Defensoria Pública deve pedir a *emendatio libelli* em sede de recebimento da denúncia.

3. Pedro está sendo processado por crime de furto, mas nunca foi encontrado pela Justiça Federal para ser citado. O que acontece com o processo? Marque a opção certa.

- a) os autos são remetidos à Defensoria Pública, que faz sua defesa processual em virtude da revelia, porém, eventual sentença condenatória fica sob efeito suspensivo até que o acusado seja encontrado.
- b) o juiz deve determinar a prisão preventiva de Pedro para que ele responda por seu processo na justiça.
- c) Pedro será citado por edital e o processo será suspenso até que ele seja encontrado ou advenha a prescrição.
- d) Pedro será citado por edital e o processo será suspenso por prazo indeterminado.

4. São de competência da Justiça Federal:

- a) crimes contra o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o INSS.
- b) crimes contra o INCRA, a Caixa Econômica Federal e o Distrito Federal.
- c) crimes praticados a bordo de aeronaves estrangeiras sobrevoando o território brasileiro, contra o INSS e contra a ANTT.
- d) crimes contra o Banco do Brasil, o INPE e a bordo de embarcações.

5. Atenuam a pena, segundo o Código Penal:

I – a confissão espontânea.

II – o fato de o crime ter sido cometido sob a influência de multidão, se não o provocou.

III – o desconhecimento da lei.

Julgue os itens e responda:

- a) apenas um inciso está correto.
- b) todos os incisos estão corretos.
- c) dois incisos estão corretos.
- d) nenhum inciso está correto.

6. O princípio penal que afirma que o direito penal não pode ser instrumento para proteção de direitos que podem ser resguardados por meios menos gravosos é:

- a) princípio da *ultima ratio*.
- b) princípio da insignificância.
- c) princípio da irretroatividade.
- d) princípio da não incriminação.

7. Levando em conta a jurisprudência das cortes superiores, quanto ao crime de tráfico de tráfico de drogas, marque a opção certa:

- a) para o STF, não se configura crime a importação de pequena quantidade de sementes de maconha.
- b) para o STJ, não é possível a condenação por tráfico sem a apreensão da droga.
- c) para ter direito à atenuante da confissão, no caso de condenação por tráfico, basta a admissão de mera posse ou propriedade da substância.
- d) para caracterização da transnacionalidade do crime de tráfico de drogas, exige-se a efetiva transposição de fronteiras.

8. Sobre os direitos processuais do acusado, assinale a alternativa correta:

- a) o réu em processo criminal é obrigado a comparecer a todos os atos, inclusive audiência designada unicamente para o seu interrogatório, sob pena de revelia.
- b) em que pese o réu tenha direito ao silêncio, o Ministério Público pode pedir que conste em ata as perguntas que faria ao acusado.
- c) o réu, via de regra, tem o direito de acompanhar a oitiva de testemunhas, mesmo aquelas arroladas pela acusação.
- d) em sede de Resposta à Acusação, o réu é obrigado a mencionar todas as teses defensivas, já que é vedada a inovação processual em sede de alegações finais.

9. Sobre crimes federais, assinale a opção INCORRETA:

- a) para tipificar o crime de petrechos para falsificação de moeda, basta que o agente detenha a posse de petrechos destinados à falsificação de moeda, sendo prescindível que o maquinário seja de uso exclusivo para esse fim.

b) as cortes superiores aceitam a tese de insignificância para descaminho e contrabando, desde que o bem objeto do crime tenha valor inferior a R\$ 10.000,00.

c) compete à justiça federal julgar crime ambiental praticado dentro de unidade de conservação criada por decreto federal.

d) o crime de estelionato previdenciário, quando praticado pelo próprio beneficiário, é permanente e, quando praticado por terceiro, é instantâneo de efeitos permanentes.

10. Sobre prisão, assinale a opção certa:

a) a audiência de custódia é ato a ser praticado apenas no caso de prisões em flagrante.

b) a prisão preventiva será admitida nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade mínima superior a 4 (quatro) anos.

c) a decisão que decretar a prisão preventiva será sempre motivada, mas a motivação é dispensada quando negar a prisão, já que a liberdade é regra no curso do processo.

d) cabe Habeas Corpus de decisão que impõe medidas cautelares diversas da prisão.

Princípios Institucionais da Defensoria Pública

11. Sobre o regime jurídico da Defensoria Pública e dos Defensores Públicos, com base na jurisprudência das cortes superiores, assinale a alternativa correta:

a) A Defensoria Pública está sujeita ao orçamento do poder executivo.

b) A Defensoria Pública tem a prerrogativa legal de contagem em dobro, inclusive no caso de processos do Juizado Especial Federal Cível.

c) A intimação da Defensoria Pública quanto à data do julgamento de Habeas Corpus impetrado em favor de assistido só é necessária quando houver pedido expresso de sustentação oral.

d) Em audiência de custódia, a prévia entrevista com Defensor Público deve ser realizada sem a presença de policiais, exceto se o magistrado entender presente manifesto perigo à integridade do próprio Defensor.

12. Com base na LC 80/94, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É dispensada a apresentação de instrumento de mandato sempre que a parte estiver representada pela defensoria pública.
- b) A capacidade postulatória do Defensor Público decorre exclusivamente de sua nomeação e posse no cargo público.
- c) O instrumento de transação, mediação ou conciliação referendado pelo Defensor Público valerá como título executivo extrajudicial, inclusive quando celebrado com a pessoa jurídica de direito público.
- d) A Defensoria Pública da União atuará nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, junto às Justiças Federal, do Trabalho, Eleitoral, Militar, Tribunais Superiores e instâncias administrativas da União.

13. No que se refere à atuação coletiva da Defensoria Pública da União, assinale a alternativa que corresponda ao entendimento majoritário da doutrina e jurisprudência das cortes superiores:

- a) A Defensoria Pública tem legitimidade para tutelar direitos individuais homogêneos, mas não direitos difusos.
- b) A Defensoria Pública é parte legítima propor ação de improbidade administrativa.
- c) É vedado à Defensoria Pública da União atuar em face da fazenda pública federal.
- d) A Defensoria Pública tem legitimidade para atuação coletiva ainda que não haja prévia comprovação de hipossuficientes interessados, desde que, em tese, promova direitos de pessoas necessitadas.

14. Sobre a atuação da Defensoria Pública em processos cíveis, nos termos do Código de Processo Civil e da jurisprudência dominante, julgue os itens e, após, assinale a alternativa correta:

- I) A curatela especial será exercida pela Defensoria Pública, nos termos da lei.
- II) As despesas de perícias requeridas pela Defensoria Pública serão pagas com a utilização do fundo de custeio da Defensoria.
- III) O juiz deve oficiar a Defensoria Pública quando se deparar com diversas demandas individuais

repetitivas para, se for o caso, promover a propositura de ação coletiva.

IV) O juiz, verificando que a parte tem hipossuficiência financeira, nomeará a Defensoria Pública para assisti-la, cabendo ao órgão obedecer a ordem judicial.

- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
- b) Somente os itens II e IV estão corretos.
- c) Estão certos apenas os itens I e III.
- d) Apenas os itens III e IV estão corretos.

Direito Constitucional

15. Sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta:

- a) Segundo a Constituição Federal, durante o período noturno, somente é possível o ingresso na residência de um morador, independentemente do seu consentimento, em caso de flagrante delito ou mediante ordem judicial.
- b) É ilícita a prova obtida a partir de declarações do investigado sem prévia e formal advertência quanto ao seu direito ao silêncio, exceto quando se tratar de oitiva informal realizada durante o cumprimento de medidas cautelares.
- c) Segundo o art. 5º, caput, da Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Assim, o estrangeiro em trânsito no Brasil não é destinatário de direitos e garantias fundamentais.
- d) O brasileiro naturalizado pode ser extraditado em virtude de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes, ainda que o crime tenha sido praticado após a naturalização.

16. Sobre o poder constituinte e a evolução histórica do constitucionalismo, assinale a alternativa correta:

- a) O poder constituinte derivado reformador manifesta-se por meio de emendas à Constituição, ao passo que o poder constituinte derivado decorrente consiste na capacidade que os Estados-membros têm de elaborar as suas próprias Constituições.

b) O poder constituinte derivado é uma categoria pré-constitucional e política que fundamenta a validade da nova ordem constitucional.

c) Segundo a teoria clássica do poder constituinte, elaborada por Emmanuel Joseph Sieyès, o titular do poder constituinte seria o monarca.

d) O neoconstitucionalismo caracteriza-se pela restrição da argumentação jurídica ao raciocínio de subsunção da norma ao fato.

17. A respeito do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

a) O controle de constitucionalidade pressupõe a rigidez constitucional e a supremacia da constituição. Por força da rigidez, há uma relação de hierarquia entre a constituição e os preceitos normativos de menor grau de produtividade jurídica. Já em face da supremacia, há um processo legislativo mais dificultoso para se modificar a constituição do que o existente para a modificação de leis infraconstitucionais.

b) Em regra, a decisão judicial que declara a inconstitucionalidade no âmbito do controle difuso faz coisa julgada erga omnes.

c) O Defensor Público-Geral Federal possui legitimidade para ajuizar tanto Ação Direta de Inconstitucionalidade como Ação Declaratória de Constitucionalidade.

d) É possível o conhecimento de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental mesmo que o ato normativo atacado esteja revogado, caso persista a utilidade em se proferir decisão com caráter erga omnes e efeito vinculante.

18. A respeito da competência, assinale a alternativa correta:

a) Aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que uma entidade autárquica federal figure como parte, mas não quando ela seja interessada na condição de oponente.

b) Crime doloso contra a vida praticado contra um único líder de uma comunidade indígena será de competência da Justiça Estadual.

c) Segundo a jurisprudência do STF, compete à Justiça Federal processar e julgar o crime ambiental de caráter transnacional que envolva animais

ameaçados de extinção ou protegidos por compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

d) O fato de um delito ter sido cometido por brasileiro no exterior é suficiente para determinar a competência da Justiça Federal.

19. Em relação ao direito à saúde e ao Sistema Único de Saúde (SUS), assinale a alternativa correta:

a) O art. 196 da Constituição Federal, ao enunciar que a saúde é um direito de todos, traz norma de conteúdo programático, cuja efetividade depende de instrumentalização infraconstitucional.

b) É atribuição do SUS controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.

c) De acordo com o STF, não ofende a Constituição Federal a internação hospitalar em acomodações superiores, no âmbito do SUS, mediante pagamento, pelo internado, da diferença de valor correspondente.

d) Instituição privada com fins lucrativos que pretenda exercer atividades de assistência à saúde no País não poderá participar do SUS, já que esse Sistema possui natureza pública.

Direito Administrativo

20. A respeito dos atos administrativos, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O ato administrativo vinculado é aquele que contém todos os elementos constitutivos vinculados à lei, não permitindo valoração pelo administrador, mas apenas a aferição da conformidade do ato com a norma. Já o ato discricionário é aquele praticado com certa liberdade pelo administrador na escolha da conduta a ser adotada, conforme a conveniência ou oportunidade, mas sempre se atentando ao interesse público.

b) A autoexecutoriedade consiste em atributo do ato administrativo segundo o qual a própria administração decide e executa diretamente as suas decisões, independentemente de ordem judicial, a exemplo da interdição de estabelecimento comercial por agentes da vigilância sanitária.

c) São considerados efeitos prodrômicos os que atingem terceiros não objetivados pelo ato administrativo.

d) O ato administrativo será considerado perfeito, inválido e eficaz quando, concluído o seu ciclo de formação, e não se conformando às exigências normativas, produzir os efeitos que lhe seriam inerentes.

21. Sobre os atos de improbidade administrativa, assinale a opção correta:

a) A aplicação de sanções aos atos de improbidade administrativa depende da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.

b) A ação de ressarcimento decorrente de ato de improbidade administrativa praticado com dolo prescreve em cinco anos.

c) Constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário a conduta do agente público de negar publicidade aos atos oficiais.

d) A tortura praticada por policial contra pessoa custodiada em delegacia constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

22. No que se refere à organização administrativa do Estado, é INCORRETO afirmar que:

a) Autarquias são pessoas jurídicas de direito público que exercem atividades típicas de Estado e possuem patrimônio próprio.

b) Fundações de direito público são constituídas por ato do chefe do Poder Executivo.

c) Empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado que integram a administração indireta, com capital exclusivamente público, podendo desempenhar atividade econômica ou prestar serviço público.

d) Para ser qualificada como organização social, a entidade deve firmar contrato de gestão com o Poder Público para fomento e execução de atividades de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, lazer, religião, cultura e saúde.

Direitos humanos

23. São direitos humanos de terceira geração ou dimensão:

a) os direitos difusos e coletivos, a exemplo da proteção de grupos sociais vulneráveis e da preservação do meio ambiente.

b) os direitos nos quais o Estado tem a responsabilidade pela concretização de um ideal de vida digno na sociedade, a exemplo dos direitos sociais, econômicos e culturais.

c) os direitos civis e políticos.

d) o direito à democracia, à informação e ao pluralismo.

24. Sobre o processo de internalização dos tratados internacionais e considerando a jurisprudência do STF em relação à hierarquia dos tratados internacionais de direitos humanos, marque a alternativa correta:

a) Os tratados internacionais têm aplicação imediata após a sua ratificação pelo Poder Executivo.

b) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por maioria absoluta dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

c) Os tratados internacionais que não versem sobre direitos humanos possuem, em regra, status de lei ordinária.

d) A Convenção Americana de Direitos Humanos possui status constitucional.

25. Em relação às minorias e aos grupos de pessoas vulneráveis, marque o item INCORRETO:

a) Segundo a Lei nº 13.146/15, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

b) Segundo a atual redação do Estatuto do Idoso, dar-se-á especial prioridade aos maiores de 80 anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos.

c) Os quilombolas são grupos sociais cuja identidade étnica – ou seja, ancestralidade comum, formas de organização política e social, elementos linguísticos, religiosos e culturais – os distingue do restante da sociedade. Atualmente, é válido o critério da autodefinição para a identificação desse grupo, segundo o entendimento do STF.

d) A Convenção sobre os Direitos da Criança e o Estatuto da Criança e do Adolescente consideram criança a pessoa até doze anos de idade incompletos.

Direito Previdenciário

26. Sobre o Sistema de Seguridade Social no Brasil, é correto afirmar:

a) É um sistema de gestão bipartite entre governo e sociedade nas políticas de Previdência, Assistência e Saúde.

b) São princípios para os benefícios da Seguridade Social: a universalidade da cobertura e do atendimento, a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços e a irredutibilidade do valor dos benefícios.

c) A Saúde é um sistema não contributivo, mas a Previdência e a Assistência Social são contributivas por ocasião dos benefícios previdenciários e do amparo assistencial ao idoso e ao deficiente.

d) A universalidade do atendimento não se constitui em objetivo da seguridade social, na medida em que o seguro social fornece proteção apenas para certas categorias de pessoas não amparando toda a sociedade.

27. Acerca da previdência social, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

b) Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

c) É permitida a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

d) A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

28. Sobre os segurados e dependentes da Previdência Social, é correto afirmar:

a) Os empregados domésticos não são segurados obrigatórios da previdência social

b) O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave são beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado, sendo desnecessária a comprovação de dependência econômica.

c) Enquanto estiver no gozo de benefício o segurado não perde a qualidade de segurado, desde que o benefício não se prolongue por mais de 12 meses.

d) Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições até 10 (dez) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração.

29. A respeito dos benefícios previdenciários previstos na Lei nº 8.213/91, assinale a alternativa correta:

a) Ao segurado ou à segurada da previdência social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de cento e vinte dias.

b) O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por

mais de 20 (vinte) dias consecutivos ou intercalados.

c) A aposentadoria por invalidez será devida apenas ao segurado que estiver em gozo de auxílio-doença e for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, sendo paga enquanto permanecer nesta condição.

d) O auxílio-reclusão beneficia os dependentes do segurado recolhido à prisão, dependendo do cumprimento de 12 (doze) meses de carência.

30. O benefício de prestação continuada, prevista na Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica de Assistência Social) é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. Assinale a alternativa correta acerca do referido benefício assistencial:

a) Para os efeitos de acesso ao benefício de prestação continuada, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, ainda que não vivam sob o mesmo teto.

b) Segundo o Plenário do Supremo Tribunal Federal, o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93, que prevê o critério da renda per capita inferior a 1/4 do salário-mínimo para concessão do LOAS, é constitucional, devendo a análise da situação de miserabilidade ser feita exclusivamente com base nesse parâmetro.

c) A condição de acolhimento em instituições de longa permanência prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao benefício de prestação continuada.

d) Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Direito Civil e Processual Civil

31. Assinale a assertiva correta, de acordo com o Código de Processo Civil/2015:

a) O juízo federal restituirá os autos ao juízo estadual sem suscitar conflito se o ente federal cuja presença ensejou a remessa for excluído do processo.

b) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo quando se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

c) Não haverá resolução de mérito quando o juiz decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição.

d) O autor poderá até o saneamento do processo, aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, sem consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, facultado o requerimento de prova suplementar.

32. A Defensoria Pública exercerá a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, em todos os graus, de forma integral e gratuita. Sobre as disposições do CPC/2015 acerca da Defensoria Pública, assinale a alternativa correta:

a) A curatela especial será exercida pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público, nos termos da lei.

b) No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais, determinando-se, ainda, a intimação do Ministério Público e, se envolver pessoas em situação de hipossuficiência econômica, da Defensoria Pública.

c) Aplica-se o benefício da contagem em dobro, ainda que a lei estabeleça, de forma expressa, prazo próprio para a Defensoria Pública.

d) A juntada de procuração não será dispensada quando a parte estiver representada pela Defensoria Pública.

33. Sobre as tutelas provisórias estabelecidas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

a) A tutela provisória não conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo

b) A tutela de evidência será concedida quando a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, podendo, nesse caso, o juiz decidir liminarmente.

c) A decisão que concede a tutela antecipada requerida em caráter antecedente fará coisa julgada.

d) Independentemente da reparação por dano processual, a parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se ocorrer a cessação da eficácia da medida em qualquer hipótese legal.

34. Acerca dos recursos, assinale a alternativa correta:

a) Os recursos impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.

b) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que distintos ou opostos os seus interesses.

c) As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.

d) A apelação será dirigida diretamente ao tribunal competente e terá efeito suspensivo, salvo nas hipóteses previstas em lei.

35. Sobre Juizados Especiais Cíveis da Justiça Federal, é correto afirmar:

a) No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial Cível da Justiça Federal, a sua competência é relativa.

b) Excluem-se da competência do Juizado Especial Cível da Justiça Federal as ações que tenham por

objeto a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal.

c) Compete ao Juizado Especial Cível da Justiça Federal processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor máximo de quarenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

d) São regidos pela Lei nº 10.259/2001 não se aplicando a Lei nº 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Estadual.

36. Considerando a disciplina constante da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), pode-se corretamente afirmar que:

a) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país 90 (noventa) dias depois de oficialmente publicada.

b) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigência até que outra a modifique ou revogue e, salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

c) Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo de início da vigência começará a correr da primeira publicação.

d) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior e as correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

37. Assinale a alternativa correta, de acordo com o Código Civil:

a) Prescreve o Código Civil que são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos e os maiores de idade que não puderem exprimir sua vontade.

b) São pessoas jurídicas de direito público interno as autarquias e os partidos políticos.

c) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

d) Salvo disposição legal em contrário, aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

38. Com base nas disposições do Código Civil, é correto afirmar:

a) A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade.

b) O negócio jurídico celebrado com coação é nulo mesmo que a coação seja praticada por terceiro.

c) O incapaz responde solidariamente, de forma direta, com seus responsáveis legais, mas não pode ser privado de meios de subsistência mínimos, nem seu núcleo familiar.

d) O abuso de direito é previsto como ato lícito, não gerando responsabilidade ao ofensor.

39. Assinale a alternativa correta sobre os institutos da posse:

a) O possuidor esbulhado não poderá restituir-se por sua própria força, em razão da vedação da autotutela.

b) Denomina-se posse de boa-fé aquela que não for violenta, clandestina ou precária.

c) O possuidor com justo título tem por si a presunção de boa-fé, salvo prova em contrário, ou quando a lei expressamente não admite esta presunção.

d) O possuidor de má-fé responde pela perda ou deterioração da coisa em qualquer hipótese.

40. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

a) Consumidor é toda pessoa física que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final, excluída do conceito a pessoa jurídica.

b) Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com

a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

c) O produto é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado

d) É direito básico do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, apenas quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação.

DISCURSIVAS (atenção: escreva as respostas na folha definitiva) - RASCUNHO

Observações relevantes: A prova discursiva é composta por duas questões acerca de pontos estabelecidos no edital. Você deverá responder em 15 linhas sobre o tema proposto, com português coeso e conexo, respeitando as regras gramaticais da norma culta e demonstrando conhecimento sobre a matéria, a legislação específica e a jurisprudência do assunto apresentado.

Respostas desconexas do tema questionado serão avaliadas com nota 0 (zero).

1. Em relação ao direito à saúde e ao controle judicial sobre as políticas públicas, responda, de maneira fundamentada, aos quesitos seguintes:

- a) Segundo a distribuição de competências estabelecida pela Constituição Federal e o entendimento do STF, o dever de prestar serviços públicos de saúde pertence a qual(is) ente(s) da federação?
- b) O Poder Judiciário pode determinar que o Poder Público promova políticas públicas de saúde? Dificuldades financeiras e orçamentárias afastam o dever do(s) ente(s) federativo(s) de prestar assistência à saúde?
- c) Segundo o entendimento do STJ, o Poder Público pode fornecer medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS? Em caso afirmativo, quais os requisitos para esse fornecimento?

RASCUNHO: _____

2. Discorra sobre o princípio da insignificância na esfera criminal. Em sua resposta, aborde os seguintes pontos:

- a) Definição e fundamento constitucional.
- b) Parâmetros e requisitos estabelecidos pelas cortes superiores.
- c) Aplicabilidade nos delitos contra a seguridade social e em crimes ambientais.
- d) Possibilidade de aplicação de regime de cumprimento de pena mais brando em razão da insignificância.

RASCUNHO: _____
